(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aperfeiçoar o mecanismo para reprimir os problemas de atraso no pagamento de obras e de salários no sector da construção civil, para promover o desenvolvimento saudável do sector

O sector da construção civil é um sector importante de Macau, que contribui para a construção urbana e o desenvolvimento social, mas, de vez em quando, surgem situações de atraso no pagamento de obras aos subempreiteiros ou de salários aos trabalhadores, o que não só prejudica os direitos e interesses individuais, como também não é benéfico para o desenvolvimento saudável do sector. O sector espera que o Governo promova o aperfeiçoamento do seu regime, nomeadamente, através da criação de um mecanismo de garantia do pagamento das obras e do reforço do apoio aos trabalhadores na reivindicação dos salários em dívida, etc., e que comece, prioritariamente, com as obras públicas.

Actualmente, mesmo nas obras públicas, existem também situações de atraso no pagamento de obras aos subempreiteiros ou de salários aos trabalhadores. Segundo o sector, embora o modelo de subempreitada seja muito comum no sector da construção civil, alguns empreiteiros ou subempreiteiros de obras públicas recusam-se a cumprir as suas obrigações contratuais, ou recusam, por diversos motivos e métodos, o pagamento aos subempreiteiros que participaram nas obras, etc., devido à imperfeição do mecanismo ou a falta de fiscalização; houve ainda casos em que empresas do exterior estabeleceram sucursais em Macau e, logo que surgiram problemas, foram-se embora, o que levou a que os subempreiteiros locais,

que tinham dívidas por saldar, não conseguissem recuperá-las e enfrentassem grandes prejuízos. Ao mesmo tempo, quando surgem casos de salários em dívida, os trabalhadores deparam-se também com muitas dificuldades no processo de reivindicação. Para além da morosidade dos procedimentos respectivos, os mesmos preocupam-se também com a possibilidade de serem alvo de crítica por parte dos empregadores, pelo que alguns trabalhadores só podem ficar calados.

O Governo tem salientado que existem mecanismos para resolver os conflitos civis e laborais, quer para dívidas entre os empreiteiros, quer para salários em atraso dos trabalhadores. No entanto, trata-se de obras públicas em que o Governo investe avultado montante do erário público, devendo haver um regime mais aperfeiçoado para a respectiva regulamentação, incluindo conhecer a lista dos subempreiteiros que participam nas obras, fiscalizar a situação entre os empreiteiros e até o pagamento dos salários dos trabalhadores e, em caso de conflitos, haver coordenação, dentro do possível, com todas as partes, para a sua resolução. Deve-se ainda tomar como referência as experiências do exterior, para resolver rapidamente os conflitos, através da elaboração das normas e instruções contratuais que as empresas concorrentes devem cumprir.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em Macau, o regime de gestão das empreitadas e subempreitadas de obras públicas precisa de ser aperfeiçoado, e o Governo afirmou que, após a vistoria e recepção das obras públicas, ia proceder a um inquérito administrativo e iniciar a liquidação das contas, e que, em caso de atraso no pagamento de salários durante a execução de obras, ia haver um mecanismo de reclamação para a

respectiva situação. No entanto, os dirigentes admitiram que alguns empreiteiros não divulgaram a lista das empresas de subempreitada. No passado, também houve situações em que os subempreiteiros tiveram dificuldades em "confirmar as dívidas" com os empreiteiros ou com o empreiteiro geral, o que demonstra a insuficiência do mecanismo em causa. Como é que o Governo vai melhorar essa situação, a fim de ficar a par das informações e da situação dos subempreiteiros, salvaguardando assim os direitos e interesses de todas as partes envolvidas nas obras públicas, e promovendo o desenvolvimento saudável do sector?

2. No sector da construção civil, adopta-se sempre o modelo de subempreitada, e a falta de regulamentação e fiscalização pode facilmente dar origem a diversos problemas. Em Hong Kong, foi lançado o plano de gestão dos subempreiteiros há mais de dez anos, no qual se estipula que os empreiteiros devem "adoptar medidas para assegurar o pagamento pontual aos subempreiteiros subordinados; implementar o controlo de entrada e saída dos estaleiros e conservar os registos diários de assiduidade actualizados de todos os trabalhadores nos estaleiros, bem como lançar medidas para assegurar a detecção atempada do problema de salários em dívida, para resolver, o mais rápido possível, o problema de salários em dívida ou de conflitos laborais", e reduzir, a partir da fonte, os conflitos entre as empreitadas e as subempreitadas. Como é que o Governo vai aperfeiçoar a regulamentação ou implementar planos de gestão para o sector da construção civil, para reforçar a gestão das empreitadas e subempreitadas das obras públicas, com vista a prevenir os diversos problemas de gestão, nomeadamente, atraso no pagamento das obras e dos salários?

3. No passado, surgiram problemas de salários em dívida nas obras públicas, mas,

(TRADUÇÃO)

devido à falta de exigências claras, nem todos os empreiteiros estavam dispostos a acompanhá-los. O Governo deve estudar a introdução, nas obras públicas, de um regime de adiantamento pelo empreiteiro geral, para que, em caso de atraso no pagamento de salários, este assuma, em vez do subempreiteiro, o pagamento, por um determinado período de tempo, dos salários em dívida aos seus trabalhadores, com vista a prestar-lhes apoio, o mais rápido possível. Vai fazê-lo? Quanto aos empreiteiros que têm frequentemente problemas de salários em atraso, o Governo já tomou conhecimento da situação e procedeu a uma avaliação plena sobre a sua qualificação para a participação em obras públicas?

21 de Julho de 2023

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I